

Conselho Pedagógico Proposta de Ata nº 58

Aos dias oito do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, via plataforma Colibri (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/86121514747>), às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing
3. Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações do Mestrado em Publicidade e Marketing
4. Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial
5. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Raposo; Ana Varela; Clara Parente; Fernanda Bonacho; Helena Pina; Inês Carocha; Joel Santos; Maria Beatriz Bulhão; Maria Inácia Rezola; Maria João Centeno; Mariana Esteves; Paula Nobre; Raquel Rocha; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia e Zélia Santos.

Não estiveram presentes: Bernardo Cardoso; Rúben de Matos e Vanda Sousa, que justificaram a sua ausência; Ana Jones; Carlos Andrade; Jerónimo Pereira; João Durães e Rui Alves, que não justificaram a sua ausência.

Ponto 1.

Informações

A Presidente começou por referir as taxas de resposta aos questionários relativos ao funcionamento das UC de 1º semestre: licenciatura em Jornalismo – 47%, Relações Públicas e Comunicação Empresarial – 50% (41% no regime pós-laboral), Publicidade e Marketing – 52% (a mesma percentagem no regime pós-laboral) e Audiovisual e Multimédia – 55%, mestrado em Jornalismo – 23%, Publicidade e Marketing – 37%, Audiovisual e Multimédia – 43% e Gestão Estratégica das Relações Públicas – 47%, pós-graduação em *Branding* e *Content Marketing* – 71% e *Storytelling* – 76% e Erasmus – 15%, no âmbito do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que a reduzida percentagem de alunos Erasmus que respondeu ao questionário deve-se ao facto de os mesmos terem sido enviados para o *email* institucional, situação que não se vai repetir porque vai ser solicitada uma autorização aos alunos para poderem continuar a ser contactados através do *email* pessoal.

A Presidente referiu ainda que a proposta da direção de Calendário Escolar para o ano letivo 2021-22 tinha sido discutida em reunião do Conselho Técnico Científico e que a pronúncia do órgão foi no sentido de, no caso das licenciaturas, se retirarem as restrições relativas à 14ª semana e manter as da 15ª semana e, nos mestrados, se retirarem as restrições relativas às 14ª e 15ª semanas.

A conselheira Rosário Correia, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, questionou se o levantamento das restrições no calendário escolar do próximo ano letivo também se aplica às pós-graduações.

A Presidente respondeu que, atendendo à discussão ocorrida na reunião do Conselho Técnico Científico, lhe parece que sim.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que o calendário escolar já se encontra publicado no *website* da escola e as restrições relativas à 15ª semana têm a indicação de que são aplicáveis apenas nos cursos de licenciatura.

Por último, a Presidente manifestou o sentimento de pesar, em nome do Conselho Pedagógico, pelo prematuro falecimento da Professora Virgínia Coutinho, docente do curso de Publicidade e Marketing.

Ponto 2.

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing

A Presidente apresentou a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing (anexo 1).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 3.

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações do Mestrado em Publicidade e Marketing

A Presidente apresentou, no seguimento da aprovação da proposta de alteração ao Mestrado em Publicidade e Marketing, a proposta de Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações do Mestrado em Publicidade e Marketing (anexo 2).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações do Mestrado em Publicidade e Marketing que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4.

Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial

A Presidente pediu à Professora Ana Raposo para apresentar a proposta de alteração à Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial.

A Professora Ana Raposo apresentou a proposta de alteração à Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial (anexo 3), afirmando que se trata de uma alteração cirúrgica que consiste na troca de duas unidades curriculares entre semestres: Comunicação Gráfica e Escrita em Comunicação Estratégica, ambas

com 4 ECTS. A proposta de troca faz sentido atendendo ao perfil dos alunos que têm chegado à licenciatura.

A conselheira Maria Beatriz Bulhão, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, congratulou a coordenação do curso pela proposta de alteração já que os alunos consideram importante que a UC de Escrita em Comunicação Estratégica seja lecionada mais cedo.

Não havendo mais questões, a Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente à proposta de alteração à Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial. A proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

A Presidente agradeceu à Professora Ana Raposo.

Ponto 5.

Assuntos supervenientes

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, perguntou como se prevê que vai ser o próximo ano letivo.

A Presidente respondeu que a direção decidiu retomar os horários letivos com o formato pré-pandemia e relativamente a questões como capacidade das salas de aula, aguardam-se as recomendações da Direção Geral de Saúde.

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que considera importante que se tentasse, no próximo ano letivo, que as inscrições nas turmas, nas UC com quatro turnos, fechem nos 24 alunos, para que o número de inscritos por turno seja equilibrado. A Presidente referiu que a capacidade atual das salas laboratoriais onde normalmente são lecionadas essas UC que desdobram em quatro turnos é menor do que 24. 24 é a capacidade atual das salas dos pisos 1 e 2. Acrescentou que a direção assumiu o compromisso de reduzir, nos cursos de licenciatura em Audiovisual e Multimédia e Jornalismo, as vagas nos concursos especiais de forma a reduzir o número de inscritos.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que, nos últimos dois anos, a inscrição nas UC laboratoriais do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial fecha aos 20 alunos e depois só são possíveis trocas através de permuta.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que, este ano letivo, em algumas UC do curso de Audiovisual e Multimédia, se o regime tivesse sido presencial, não teriam existido cadeiras e mesas para todos os alunos inscritos.

A conselheira Maria Beatriz Bulhão, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que os alunos consideram que a UC de Comunicação no Interesse Público do 5º semestre deveria ter 5 ECTS, atendendo ao esforço de trabalho que representa para os alunos e uma das opcionais poderia passar a 4 ECTS. No mesmo sentido, as UC que decorrem em conjunto com o curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, e têm uma carga de trabalho elevada, também deveriam ter mais do que 4 ECTS.

A conselheira Clara Parente, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que consideram que, como as UC práticas exigem muito trabalho, estão a adiar o estudo nas UC mais teóricas. Consideram muito positivo que o responsável da UC de Design de Comunicação tenha reduzido a carga de trabalho inicialmente prevista.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 8 de junho de 2021

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO

(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós–Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing foi aprovado em reunião de Conselho Pedagógico da ESCS de 8 de junho de 2021, ratificado em reunião do Conselho Técnico Científico da ESCS de XX.

Artigo 1.º

Objeto

1. A Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) inclui, na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing (PGDSCM), em estreita parceria e articulação com a SonaeMC, com a PSE e com a SAS.
2. O curso de Pós-Graduação foi criado no sentido de acompanhar as necessidades do mercado – que procura avidamente por competências de análise, tratamento e interpretação de grandes quantidades de dados gerados pelo consumidor.

Artigo 2.º

Destinatários

O curso de Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing destina-se a profissionais de Marketing e de Comunicação - oriundos de licenciaturas em áreas compatíveis - que pretendam alargar as suas competências analíticas e/ou para quem a análise de dados e gestão do conhecimento são fatores de diferenciação a nível profissional.

Artigo 3.º

Objetivos do curso

O curso de PGDSCM tem como objetivos:

- a. Aquisição de conhecimentos e competências sobre como orientar com sucesso as estratégias num mundo digital;
- b. Aquisição de conhecimentos e competências sobre as tecnologias mais inovadoras;
- c. Desenvolvimento de competências na análise de dados resultantes de múltiplas fontes e aplicação de modelos analíticos de marketing e de comunicação.

Artigo 4.º

Área científica

O curso de PGDSCM está inserido na área científica de Estudos em Publicidade e Marketing.

Artigo 5.º

Duração do curso

O curso tem a duração de 2 (dois) semestres letivos, correspondente a 60 (sessenta) ECTS.

Artigo 6.º

Regras sobre a admissão à Pós-Graduação

São admitidos à candidatura no Curso de PGDSCM os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área compatível, ou
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional adequado à realização desta pós-graduação.

Artigo 7.º

Candidatura

A candidatura será efetuada através da plataforma *online* disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a respetiva estrutura curricular, certificado com a média de final de conclusão dos cursos, *Curriculum Vitae* detalhado e documento de identificação.

Artigo 8.º

Critérios de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:
 - 1.1. *Curriculum*
 - a) Académico
 - b) Científico
 - c) Profissional
 - 1.2. Formação Académica
 - a) Nota de licenciatura
 - b) Outras formações
 - c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação.
2. Os critérios definidos em 1.1 e em 1.2 são sempre obrigatórios.
3. No caso em que seja definido em edital de abertura de concurso a seriação de candidatos com base apenas nos critérios definidos em 1.1. e 1.2 do ponto 1 do Artigo 8º do presente Regulamento, as ponderações serão de 50% para cada critério.
4. O processo de seleção é feito em função das vagas definidas anualmente para cada curso, podendo ser repartido por diferentes fases, caso existam vagas sobranes.

Artigo 9.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura ao curso de Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º

Condições de funcionamento

A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do programa de estudos do curso de Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing, nomeadamente:

- a. Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados;
- b. Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes do curso de Pós-Graduação;
- c. O desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível,
- d. Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 11.º

Frequência e propinas

1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares (UC) do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
3. Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente da ESCS e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.
4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.
5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas UC.

Artigo 12.º

Funcionamento

1. O curso tem a duração de 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
2. Cada semestre corresponde a 20 (vinte) semanas, distribuídas entre o período letivo e as épocas destinadas aos exames.
3. A cada aula corresponde sempre um sumário, que será público.
4. As datas de início e fim dos semestres, dos períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 13.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

1. O curso é constituído por 2 (dois) semestres letivos conducentes à obtenção de 60 (sessenta) ECTS, que conferem um Certificado de Pós-Graduação em *Data Science* para Comunicação e Marketing.
2. A estrutura do curso é composta por 10 (dez) unidades curriculares obrigatórias e 2 (duas) opcionais.
3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórias	Optativas
Estatística	E	20	0-5
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	30	5-10
Total		50	10

Artigo 14.º

Avaliação

Ponto Prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição, com exceção dos exames de época normal, terá de ser efetuada até ao 3º dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

1. A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.
2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- a. Avaliação contínua;
 - b. Avaliação periódica
 - c. Avaliação por exame.
3. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.
4. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excepcionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.
5. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
6. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
 - a. Advertência;
 - b. Suspensão temporária.
7. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 15.º

Avaliação contínua

1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.
2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados, na ficha de unidade curricular, todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.
3. No regime de avaliação contínua deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.
4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até ao último dia da época normal de exames.
5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 16.º

Avaliação periódica

1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do semestre.

2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.
3. Deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.
4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do período letivo.
5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame da unidade curricular na época de recurso.
6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 17.º

Avaliação por exame

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes, dirigentes associativos e outros estatutos especiais de estudantes do ensino superior.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) Não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 15.º, 16.º e 17.º deste Regulamento;
 - b) Pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
11. Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) Com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;

- b) Que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.
12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

Artigo 18.º

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no Portal Académico.
2. Na sessão agendada pelo júri do exame (nomeado pelo Conselho Técnico Científico e constituído pelo responsável da UC, que preside, dois vogais e um suplente) para a consulta de provas, deve ser apresentada a grelha de correção da prova e prestados esclarecimentos aos estudantes.

Artigo 19.º

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua, que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar, por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
3. O pedido será enviado ao presidente do júri do exame, que, depois de reunido o júri, se pronunciará por escrito sobre esse pedido, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
4. O presidente do júri do exame envia o resultado do pedido de revisão da prova escrita aos Serviços Académicos no prazo definido.
5. O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
6. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
7. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.

8. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 20.º

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na leção da unidade curricular ou na revisão da nota.
3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 21.º

Trabalhador-Estudante

1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:
 - a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
 - b) Trabalhadores por conta própria;
 - c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a 6 (seis) meses.
2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.
3. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:
 - 3.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:
 - a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
 - b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
 - c) O contrato ou a declaração, referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

- 3.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:
 - a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.
- 3.3. Se trabalhador por conta própria:
 - a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
 - b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.
- 3.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:
 - a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.
4. Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 dias.
5. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:
 - a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
 - b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.
6. O trabalhador-estudante não está sujeito:
 - a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
 - b) Ao regime de prescrição;
 - c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua ou periódica;
 - d) Normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
7. Os estudantes com Estatuto de Trabalhador-Estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.
8. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.
9. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.
10. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
11. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 22.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.
2. A Associação de Estudantes deverá indicar, ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos, documento comprovativo da sua tomada de posse.
3. A suspensão, cessação ou perda de mandato do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.
4. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:
 - a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
 - b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.
5. A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.
6. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.
7. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.
8. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:
 - a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
 - b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;
 - c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.
9. Os direitos conferidos neste artigo podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
10. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.
11. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.
12. Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

13. O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.
14. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.
15. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.
16. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término da assembleia geral.
17. Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.
18. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente/Diretor da respetiva unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.
19. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.
20. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
21. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.
22. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 23.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:
 - a) Estatuto de parturiente;
 - b) Estatuto de mães e pais estudantes;
 - c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
 - d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
 - e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
 - f) Estatuto de estudantes investigadores;
 - g) Estatuto de estudante portador de deficiência;

- h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
 - i) Estatuto de estudante bombeiro;
 - j) Estatuto de estudante voluntário.
2. Aos estudantes mencionados no número anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 24.º

Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

1. No certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).
1. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS.

Artigo 25.º

Prazos de emissão da certidão

A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a suarequisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido

até 30 (trinta) dias úteis.

Artigo 26.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 27.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 2

**Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações
do Curso de Mestrado em Publicidade e Marketing para o Ano
Letivo 2021/2022 e anos letivos seguintes**

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações do Curso de Mestrado em Publicidade e Marketing para o Ano Letivo 2021/2022 e anos letivos seguintes

O presente regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações aplica-se à alteração do Plano de Estudos do curso de Mestrado em Publicidade e Marketing. As normas de transição, entre o antigo e o novo plano de estudos, decorrentes da alteração, são fixadas pelos órgãos competentes da ESCS — Conselho Pedagógico e Conselho Técnico Científico.

O processo de creditações, englobando os dois planos de estudo, considera o regime adotado na Declaração de Bolonha relativamente ao sistema de créditos académicos que delineia o volume de trabalho a efetuar pelo aluno através de um valor numérico atribuído a cada unidade curricular.

Consideram-se creditações diretas quando há correspondência entre unidades curriculares que pertencem à mesma área científica e creditações indiretas as que não pertencem à mesma área científica (Anexo I)

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O novo plano de estudos e o plano de creditações iniciam-se no ano letivo 2021-2022, para alunos que ingressem no 1º ano do curso.

2 - Os alunos que reingressem no ano letivo 2021-2022 no 2º ano do plano antigo com UC em atraso do 1º ano poderão realizar a avaliação proposta nas unidades curriculares correspondentes no novo plano de estudos (ver Anexo I) ou propor-se a exame (época normal e de recurso).

3 — Os outros alunos que reingressem e que não se encontrem na situação descrita no ponto 2. do presente artigo serão colocados no respetivo semestre curricular do novo plano de estudos em função das normas definidas neste Regulamento, após as creditações que lhes forem concedidas.

4 — Os alunos aprovados em unidades curriculares do antigo plano de estudos têm a possibilidade de efetuar inscrição para melhoria de nota às unidades curriculares, de acordo com o respetivo Regime de Frequência e Avaliação.

Artigo 2.º

Casos Omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão analisados pela Comissão de Creditações, mediante proposta da Coordenação de Curso.

Artigo 3.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor depois de aprovado em Conselho Pedagógico e Conselho Técnico-Científico e homologado pelo Presidente da ESCS.

ANEXO I

Plano de Creditações a conceder no âmbito da alteração ao plano de estudos

As creditações omissas neste Plano ficam sujeitas à análise e decisão da Comissão de Creditações, mediante proposta da Coordenação do Curso.

Plano de Estudos Antigo			Plano de Estudos Actual		
Unidades Curriculares	Área Científica	ECTS	Unidades Curriculares	Área Científica	ECTS
Gestão de Marcas	EPM	5	Gestão de Marcas	EPM	5
Marketing e Sociedade	EPM	5	Tendências na Publicidade e no Marketing	EPM	5
Metodologias de Investigação	CS	5	Metodologias de Investigação	CS	5
Inovação e Criatividade em Comunicação	EPM	5	Inovação e Criatividade em Comunicação	EPM	5
Comunicação Integrada	EPM	5	Comunicação Integrada ¹	EPM	5
Estratégia Empresarial	CS	5	Estratégia Empresarial	CS	5
Metodologias de Investigação Aplicadas ao Estudo em Publicidade e Marketing	CS	5	Metodologias de Investigação Aplicadas ao Estudo em Publicidade e Marketing	CS	5
Seminário de Projeto em Publicidade e Marketing	EPM	10	Seminário de Projeto em Publicidade e Marketing	EPM	10
Digital Marketing Strategy & Planning (opção 1)	EPM	5	Digital Marketing Strategy and Planning ou UC opcional	EPM	5
Marketing & Social Media (opção 2/3)	EPM		Marketing & Social Media ou UC opcional	EPM	
Outras Opcionais	EPM	5	opcional	EPM	5
Outras Opcionais	CS	5	opcional	CS	5

Notas

¹ Enquanto existir no leque de UC opcionais. Quando não existir poderá ser creditada como UC opcional na mesma área científica.

Anexo 3

Proposta de alteração à Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial

FORMULÁRIO DE ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS CARACTERIZADORES DE CICLO DE ESTUDOS

1. Alteração da duração normal do ciclo de estudos de 2º ciclo (que decorra exclusivamente do aumento de duração da componente de dissertação, projeto ou estágio ou de tese):

1.1 Duração do ciclo de estudos

1.2 Duração proposta.....

2. Alteração do número de créditos necessário à conclusão do ciclo de estudos (que decorra exclusivamente do aumento de duração da componente de dissertação, projeto ou estágio ou de tese)

2.1 Total créditos do ciclo de estudos

2.2 Total créditos proposto

3. Supressão ou fusão de percursos alternativos:

3.1 Percursos suprimidos

3.2 Percursos combinados (Nova designação)

4. Alteração nas Áreas de Formação Fundamentais do Ciclo de Estudos (alínea h) do artigo 3º do Decreto-lei nº63/2016, de 13 de setembro):

(Designação da Área)	
Número total de créditos no ciclo de estudos atual	
Número total de créditos proposto	

NOTA: ESTE QUADRO É REPETIDO TANTAS VEZES QUANTAS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAIS EXISTENTES NO CICLO DE ESTUDOS.

Fonte: Adaptado Modelo da Direção-Geral do Ensino Superior

5. Alteração nas Áreas de Formação Obrigatórias do Ciclo de Estudos (não abrangidas no número anterior):

(Designação da Área)	
Número total de créditos no ciclo de estudos atual	
Número total de créditos proposto	

NOTA: ESTE QUADRO É REPETIDO TANTAS VEZES QUANTAS AS ÁREAS DE FORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS EXISTENTES NO CICLO DE ESTUDOS.

6. Supressão de uma (1) das Áreas de Formação Obrigatórias do Ciclo de Estudos:

(Designação da Área)	
Número total de créditos no ciclo de estudos	

7. Outras alterações (que não afetam a estrutura curricular do ciclo de estudos):

Número total de unidades curriculares no ciclo de estudos atual	36
Número de unidades curriculares novas introduzidas	0
Número de unidades curriculares suprimidas	0
Número total de unidades curriculares proposto	36

Número de unidades curriculares com alteração na designação	0
Número de unidades curriculares com alteração no total de horas de trabalho	0
Número de unidades curriculares com alteração no total de horas de contacto	0
Número de unidades curriculares com alteração no número de créditos	0
Número de unidades curriculares deslocadas entre anos ou semestres	2

Fonte: Adaptado Modelo da Direção-Geral do Ensino Superior

8. Alteração no total das horas de contacto:

Número total de horas de contacto do ciclo de estudos atual	
Número total de horas de contacto proposto	

9. Fundamentação das alterações propostas:

Tendo em consideração a experiência dos últimos anos, e as competências apresentadas pelos alunos no início do seu percurso de formação na licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, propõe-se que a Unidade Curricular de Escrita em Comunicação Estratégica, seja lecionada no 1º semestre uma vez que trabalha competências fundamentais necessárias para as restantes Unidades Curriculares. Propõe-se uma troca entre a referida unidade curricular e a unidade curricular de Comunicação Gráfica, que tem exatamente o mesmo número de ECTS (4 ECTS).

Fonte: Adaptado Modelo da Direção-Geral do Ensino Superior

FORMULÁRIO DE CICLO DE ESTUDOS COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS

1.CARACTERIZAÇÃO

Unidade Orgânica

Escola Superior de Comunicação Social

Denominação do Ciclo de Estudos
--

Relações Públicas e Comunicação Empresarial

Grau que confere

Licenciatura

Área (s) científica (s) predominante (s):
--

Relações Públicas e Comunicação Organizacional

Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessários à obtenção do grau
--

180 ECTS

Duração normal do Ciclo de Estudos

6 Semestres

Ramos, Opções, Perfis, Áreas de Especialização ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura
--

Não aplicável

Fonte: Despacho nº7287-C/2006, de 31 de março

2.ESTRUTURA CURRICULAR

Ramo/Opção/Área de Especialização

Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau			
Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências da Comunicação	CC	20	0-10
Ciências Humanas	CH	10	0-5
Ciências Sociais	CS	30	0-5
Estatística	E	10	0
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	12	0-10
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	5	0-5
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional	ERPCO	63	0-30
TOTAL		150	30

NOTA: ESTE QUADRO É REPETIDO TANTAS VEZES QUANTAS AS NECESSÁRIAS PARA A DESCRIÇÃO DOS DIFERENTES PERCURSOS ALTERNATIVOS (OPÇÕES, RAMOS, ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO), CASO EXISTAM, CONSTANDO EM TÍTULO A DENOMINAÇÃO DO PERCURSO.

3.OBSERVAÇÕES

Fonte: Despacho nº7287-C/2006, de 31 de março

4. PLANO DE ESTUDOS

«Unidade orgânica»
 «Curso»
 «Grau ou diploma»
 «Área científica predominante do curso»
 «Opção / ramo / Área de Especialização»
 «Ano / semestre / trimestre curricular»
QUADRO N.º...

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Teorias da Comunicação	CC	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Estatística	E	Semestral	135	OT:1; T:15; TP:30	5	
Teorias e Técnicas das Relações Públicas	ERPCO	Semestral	135	T:30; TP:15	5	
Escrita em Comunicação Estratégica	CH	Semestral	108	T:15; TP:30	4	
Laboratório de Comunicação Interpessoal	CH	Semestral	162	T:20; TP:25	6	
Gestão Empresarial	CS	Semestral	135	T:30; TP:15	5	

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)	CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
-----------------------	-----------------	------	---------------------------	----------	-------------

			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Comunicação e Linguagem	CC	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Análise Social	CS	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Laboratório de Relações Públicas	ERPCO	Semestral	162	OT:5; TP:15; PL:30	6	
Teoria das Organizações	CS	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Estatística Multivariada	E	Semestral	135	OT:1; T:15; TP:30	5	
Comunicação Gráfica	EAM	Semestral	108	T:15; PL:30	4	

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Sociologia da Comunicação	CC	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Direito da Comunicação	CS	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Laboratório de Comunicação Estratégica	ERPCO	Semestral	162	OT:5; TP:15; PL:30	6	
Reputação Organizacional	ERPCO	Semestral	135	T:30; TP:15	5	
História das Ideias Sociopolíticas	CS	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Laboratório de Edição Multimédia	EAM	Semestral	108	T:15; PL:30	4	

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Análise Económica	CS	Semestral	135	OT:1; T:15; TP:30	5	
Linguagens Visuais	CC	Semestral	135	OT:1; T:30; TP:15	5	
Laboratório de Comunicação em Ambientes Digitais	ERPCO	Semestral	162	OT:5; TP:15; PL:30	6	
Comunicação Estratégica em Setores de Atividade	ERPCO	Semestral	135	T:30; TP:15	5	
Investigação e Monitorização em Relações Públicas	ERPCO	Semestral	135	T:15; TP:15; PL:15	5	
Design e Desenvolvimento Web	EAM	Semestral	108	T:15; PL:30	4	

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Laboratório de Comunicação Corporativa	ERPCO	Semestral	162	OT:2; T:15; PL:30	6	
Novas Tendências em Comunicação Estratégica	ERPCO	Semestral	135	OT:2; T:30; TP:15	5	
Comunicação no Interesse Público	ERPCO	Semestral	108	OT:2; T:15; TP:30	4	

Marketing e Estudos de Mercado	EPM	Semestral	135	T:30; TP:15	5	
Opção 1	*	Semestral	135	T:15; TP:30	5	Optativa
Opção 2	*	Semestral	135	T:15; TP:30	5	Optativa

UNIDADES CURRICULARES	ÁREA CIENTÍFICA	TIPO	TEMPO DE TRABALHO (HORAS)		CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
			TOTAL	CONTACTO		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Laboratório de Consultoria em Comunicação	ERPCO	Semestral	162	OT:5; T:15; PL:30		
Relações Públicas: Contextos e Problemas	ERPCO	Semestral	108	OT:2; T:15; TP:30		
Opção 3	*	Semestral	135	T:15; TP:30		Optativa
Opção 4	*	Semestral	135	T:15; TP:30		Optativa
Opção 5	*	Semestral	135	T:15; TP:30		Optativa
Opção 6	*	Semestral	135	T:15; TP:30		Optativa

Fonte: Despacho nº7287-C/2006, de 31 de março

Notas:

- (2) Indicando a sigla constante do **item 2** do formulário.
- (3) De acordo com a alínea c) do n.º 3.4 das normas constantes do Despacho nº7287-C/2006, de 31 de março
- (5) Indicar para cada atividade [usando a codificação constante na alínea e) do n.º 3.4 das normas] o número de horas totais.

Ex: T: 15;

PL: 30.

- (7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa.

NOTA: ESTE QUADRO É REPETIDO TANTAS VEZES QUANTAS AS NECESSÁRIAS PARA A DESCRIÇÃO DOS DIFERENTES ANOS CURRICULARES/SEMESTRES CURRICULARES/TRIMESTRES CURRICULARES.

Fonte: Despacho nº7287-C/2006, de 31 de março